



ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2004

Décima segunda acta

Ao vigésimo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro, reuniu em sessão ordinária, pelas 21:35 horas, a Assembleia Municipal de Albufeira, no Salão De Festas do Futebol Clube Ferreiras, por convocatória de nove de Dezembro e Aditamento de quinze de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação das actas das sessões de 04/05/2004 e 29/06/2004; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2005/2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2005, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta apresentada da Câmara Municipal, da Reversão do Direito de Superfície de parte do prédio (Art. 8º, Secção AQ) com a área de 14400m², do Imortal Desportivo Clube para o Município de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da inscrição do Município de Albufeira como sócio/membro colectivo da Associação Portuguesa de Gestão do Desporto (APOGESD), nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

ADITAMENTO: -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da Minuta de Concessão de uso privativo de Domínio Público Municipal, entre o Município de Albufeira e a Alpinus- Sociedade Hoteleira, S. A.. -----

PRESENÇAS: Feita a chamada verificou-se estarem presentes os membros, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Francisco João Magalhães Calhau, José

Manuel Bota Sequeira, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Carlos Sérgio Freire Quintino, Fernando José dos Santos Anastácio, Fernando Cabrita Neves, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Helder José Coelho Guerreiro e Vítor José Correia Maria Vieira. -----

Procedeu-se à chamada dos Presidentes da Juntas de Freguesia, verificando-se as presenças de: Helder Sousa (Albufeira), Francisco Guerreiro (Paderne), José Paulo Aboim (Guia) e Fernando Gregório (Ferreiras). O Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, Berto Palma, não podendo comparecer fez-se substituir por José Gonçalves. -----

Os membros, Vítor José Cabrita Neto, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço e Francisco José Pereira Oliveira, chegaram pelas 21:43 h, 21:40 h, 21:47 h e 21:43 h, respectivamente. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo e Ana Vidigal, e não permanência, Vítor Clemente e Carlos Lima. -----

FALTAS: Carlos Duarte Vieira Gabriel, António Paulo Martins dos Santos Manuel e José Guerreiro Gonçalves. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentado pelos membros, Carlos Gabriel, António Santos e Manuel Gonçalves, foi verificada a legitimidade e identidade dos membros imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, Maria Eugénia Xufre Baptista, Manuel dos Anjos Meirinho e José Manuel Guerreiro Vila Nova. -----

O Presidente da Assembleia dá início aos trabalhos, com o período destinado ao público. ----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Arg. Nascimento - Não quero levar muito tempo, até porque estou um bocado desiludido. Fui assistir no Edifício da Câmara, aos planos de abertura das obras do Polis. Quero dizer, duas ou três coisas, que não me foi possível dizer lá, e que acho que, de qualquer maneira, é conveniente, embora caíam em saco roto, mas acho que é minha obrigação alertar, mais uma vez. Só vou alertar para três pequenos problemas. O primeiro, é a intervenção que vai ser efectuada nos arruamentos da zona do núcleo do Castelo de Albufeira. Eu faço notar que, nós temos desaproveitado o núcleo urbano, que tem mais de três mil, talvez quatro ou cinco mil anos. Em todos os locais que eu tenho passado, a arqueologia e a parte histórica, é aproveitada fortemente como uma das componentes do turismo de qualidade, mas aqui, temos possibilidade de fazer alguma coisa nesse sentido, temos nitidamente passado os últimos trinta anos, pelo menos, a contribuir para a degradação do nosso património e a desperdiçar as poucas oportunidades que temos de preservar e de ter algumas das coisas nesse sentido. Faço notar que: nunca tivemos um bom museu arqueológico; depois há um resto de um museu municipal, até mal montado. Tivemos uma Igreja Matriz, que desapareceu com o terramoto de 1775. Quando eu era vereador da Câmara, foi encontrada imensa pedra dessa Igreja, a Câmara de então fez o favor de as abandonar, as pedras até tinham esculturas medievais da época, desapareceram, estão algumas no museu municipal, mal montadas. Quando foi feita a construção do Hotel Califórnia, tivemos a possibilidade de

estudar, até o Presidente de então tinha a possibilidade de estudar, pelo menos, o que foi a alimentação de Albufeira, durante três milénios, porque o local das Salgadeiras, que lá existiam, era a lixeira do concelho, as pessoas do nosso concelho, infelizmente, sempre tiveram a ideia de que as arribas eram para lançar lixo, e lá ficamos junto à porta Norte do Castelo, durante três mil anos lançaram lixo para lá. Quando o Hotel Califórnia começou a ser construído, eu um dia, ao passar por lá, notei com espanto que por baixo das salgadeiras, não estavam rochas como eu pensava, mas estava pelo menos uma camada de três metros de espessura de terra vegetal, cheia de resíduos de rochas, ossos, animais e moedas, inclusive moeda cunhada da altura, capiteu, e vários objectos. Fui falar com o Presidente da Câmara de então e vi que foi feito um estudo rápido do que lá estava. Eu não tinha capacidade de o fazer, de maneira nenhuma. A história da alimentação do concelho de Albufeira, de três milénios, serviu para fazer a terraplanagem do primeiro campo de futebol de Albufeira. Temos mais exemplos: na praia do Peneco, caiu mais um bocado da arriba, que era panorâmico do Castelo; apareceu há duas décadas, também, uma construção na base do Edifício de Albufeira, e a mim pareceu-me que era uma estrutura de um forno de fabrico de telhas; ainda há muito pouco tempo, já neste executivo, foi rebocada e pintada, o resto da arriba onde estava incluído. O Porto de Abrigo dos pescadores de Albufeira, de há dois milénios, toda aquela rocha por trás do Hotel Sol e Mar, do antigo Labisa, era exactamente o resto da arriba da Laguna de Albufeira à Meia Laranja; agora, fala-se também, em fazer algum arranjo urbanístico na arriba da Etar da Laguna de Albufeira, na zona do Pau da Bandeira, o que me repugna bastante, porque deveriam ser preservadas na íntegra; há muito poucos anos, houve uma intervenção que foi danosa, que foi a intervenção de quando se construiu aquele edifício no centro de Albufeira, junto à antiga Câmara, onde estava a GNR. Não houve acompanhamento arqueológico como deveria, foram descobertas sepulturas neolíticas com braceletes, etc., e como se consta, foram vandalizadas. É evidente que, quem destrói património desta maneira é porque não merece, de maneira nenhuma, qualidade no turismo. Sabe-se que, em toda aquela zona envolvente do cemitério camarário, há ali centenas de sepulturas feitas à pressa, quando foi o terramoto de 1775 e já têm sido vandalizadas aquando da colocação de canos por parte da EDP e etc.. Todo o núcleo de Albufeira, no interior do Castelo, é uma zona arqueologicamente muito rica, que tem pelo menos três mil anos de história. Durante o tempo de gestão da Câmara anterior, tive o cuidado de alertar o Sr. Vereador de então, que tinha sido descoberto um menir junto ao antigo cemitério, na construção de uma casa. Nem todas as pessoas têm obrigação de saber o que é, é um arco de pedra pré-histórico, disseram que aquele era maior do que o que estava no museu municipal, eu realmente me espantei que a Rua do Pico Alto se chama assim, porque é o pico mais baixo de toda a zona e agora há uma explicação, é porque houve algures, durante milénios, um pico alto, um menir de pedra, talvez com três ou quatro metros de altura, podia ser religioso, mas também podia ser só um marco territorial, de qualquer maneira, aquele menir, que eu tive a oportunidade de dar conhecimento há já seis meses, para que se fizesse um documento porque não quero que seja punido ninguém, por ter fechado os olhos, mas ninguém ligou a nada. Aquele menir só provava que Albufeira foi construída pelo menos há quatro ou cinco mil anos, parece-me que era uma peça fundamental. É evidentemente que os pavimentos dos arruamentos típicos da zona do

Castelo de Albufeira precisam de algum arranjo, mas o simples substituir para pavimentação, parece-me um contra-senso. Ainda há três ou quatro meses, voltei a Veneza e verifiquei com agrado que o seu lajeado se mantém. Mesmo que tenha de ser necessário substituir essa pavimentação, eu chamo a atenção que não se deve fazer nada na zona antiga do Castelo, sem a intervenção permanente de um arqueólogo. E faço notar que, há dois ou três anos em Évora, fez-se arranjos no esgoto e enquanto andaram a fazer as obras, foram sempre acompanhados por um arqueólogo e encontraram muitos restos de ocupação romana na cidade, são dados que ficam catalogados e referenciados, e que servem para estudos posteriores. Eu chamo a atenção, para que chamem um arqueólogo, capaz, e que dê acompanhamento a todas as mexidas no pavimento. Também aconselho que se faça um levantamento topológico, eu também vou fazê-lo com a minha máquina, do estado actual de todos os arruamentos, para que fique uma prova de como era, não vá aparecer daqui a dez ou quinze anos, alguém mais lúcido, não estou a chamar nomes a ninguém, que pense em repor as coisas com as características originais. Esta é a primeira observação que faço: que se chame um arqueólogo capaz e se faça um levantamento topológico. Segunda observação: já que insistem naquilo que eu considero um erro paisagisticamente muito grave e tecnicamente também, que é a construção do elevador na praia do Peneco, deve ser um forno no mês de Junho, duvido que alguém consiga estar lá dentro com o calor. Mas a partir do momento que construa será um ex-libris, do melhor que seja o arquitecto, espero que não seja o Taveira, a fazer aquele estudo e que se insiste no elevador, e que finalmente está prevista a demolição daquelas duas casas, depois de vinte anos em ruínas, ao menos que se faça o elevador no sítio das casas, interior à arriba, só com uma saída para a praia e que o elevador não tenha impacto visual nenhum, mesmo nenhum, na praia do Peneco, que já está fortemente vandalizada. Faço notar também, mais uma vez, esta moda das zonas verdes, tenho casa no campo e gosto muito, há sítios que não se justificam de maneira nenhuma a inclusão de verdura. Por exemplo a colocação de palmeiras, como está a acontecer aqui em Albufeira, portanto, estamos a colocar árvores exóticas, ainda mais nas encostas das arribas, é um contra-senso puro e uma subserviência. Por outro lado, não se justifica de maneira nenhuma, conforme vi na exposição feita, árvores na zona do castelo, é um contra-senso. Ali a arquitectura e o urbanismo, são suficientes para fazer a movimentação ambiental, e é contraproducente numa zona daquelas. Só queria chamar a atenção destes pontos, hoje. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário, Paulo Freitas, para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

Depois da leitura resumida da correspondência concluída, o Presidente da Assembleia pergunta novamente se há mais alguma intervenção por parte do público, uma vez que ainda se encontra dentro do seu limite do tempo destinado. Ninguém mais quis intervir, logo passou-se ao período destinado aos membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: -----

Fernando Anastácio - Aproveitava a oportunidade que este período regimental nos dá, para falar de assuntos de interesse para o município. E tendo em consideração o momento e a acuidade do tema, não podia deixar em claro o facto de ter sido hoje apresentado na

Câmara Municipal de Albufeira, uma acção pública, promovida pela Câmara, pela Sociedade Polis, do início de algumas intervenções previstas no Programa Polis. Em primeiro lugar, cabe ao Partido Socialista reiterar aqui que, o Programa Polis foi uma iniciativa lançada pelo PS, no tempo do Governo na altura do Ministério tutelado pelo Eng. José Sócrates. Programa esse que visa e tem como objectivo requalificar a zona urbana de Albufeira e também outras intervenções, particularmente de natureza ambiental. Muito se discutiu sobre o Programa, muito se disse sobre a bondade e defeitos do Programa, muitas críticas ouvimos sobre o Programa Polis, nomeadamente da sua insustentabilidade financeira, que era um Programa meio deslocado, que não passava de uma mera intervenção para a comunicação social. Aliás, li há poucos dias, em alguma pesquisa que fiz sobre este assunto e recordo-me das palavras do Dr. José Eduardo Martins, actual Secretário de Estado do Ordenamento, que estava previsto vir hoje a Albufeira, mas, que por questões de agenda não pode vir, em que ele dizia na Revista Ambiente e Água que, o Polis era um bom exemplo de como mal se gasta dinheiro, como já se tinha gasto inclusive qualquer coisa como um milhão de euros, que era suficiente para fazer cem habitações sociais e portanto, que era um Programa que só servia para políticos que gostavam de enganar as pessoas pela previsão. Eram assim as palavras dele. Eu gostava, de facto, de o ter visto hoje em Albufeira, para lhe perguntar se ele ao fim de três anos teria mudado de opinião? Provavelmente mudou. Aliás, depois de ler aquela carta, tão simpática, que ele enviou, só podemos concluir que, de facto, mudou de opinião. O Programa Polis, é um Programa com sustentabilidade, aliás, hoje, o Eng. Campos Correia, Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, ao apresentar e indicar que houve um marco definitivo na questão Polis, que foi à Assembleia Geral da dita Sociedade em Abril de 2004, particularmente nesse momento foi feita a reprogramação do Programa e portanto se prorrogou mais um programa físico e financeiro, alterou-se o prazo de execução, em vez de terminar em 2005, passará a terminar em 2006, garantiu-se que ficava ainda dentro do Terceiro Quadro comunitário de Apoio. Mas no ponto de vista financeiro a reprogramação verifica-se o seguinte: tínhamos um Programa que previa mais ou menos cinquenta milhões de euros de investimento, e da reprogramação resultou numa diferença de noventa e seis mil euros. Isto foi o que nos foi apresentado aqui, ou seja, tivemos um Programa parado durante três anos para fazer uma reprogramação financeira que correspondeu a 0,02% do investimento inicial previsto. Penso que isto diz tudo. Sobre a bondade do Programa não tenho dúvidas, ainda hoje o Eng. Campos Correia, reiterou a sua excelência do Programa Polis, o Sr. Presidente da Câmara, enquanto membro do Conselho de Administração e Presidente da Câmara de Albufeira também reiterou o seu empenhamento e vontade e a sua defesa exaustiva do Programa. Portanto, temos de concluir que, de facto, temos um bom Programa, que é importante para a cidade, que é importante para o concelho, que tem recursos financeiros, que eles nunca estiveram em causa. E porque perdemos três anos? Resposta: Ou porque foi o PS que lançou; ou porque o PSD demorou três anos a reconhecer que o Programa era, mas como se costuma dizer, mais vale tarde que nunca e ainda bem que reconheceram agora, espero que a motivação não seja outra, espero que seja por acreditarem mesmo no Programa porque estaremos aqui como sempre temos estado para votar e apoiar tudo o que seja necessário para a execução do Programa Polis. Portanto, não nos cabe fazer outras referências que não seja: ainda bem que chegaram a acordo, vale mais

tarde do que nunca, como disse, e vamos pelo menos aguardar, para já, o que foi prometido pelo Sr. Presidente, que é a correcção do relógio amanhã e quanto às obras nós cá estaremos. -----

Não havendo mais intervenções, passa-se ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 04/05/2004 e 29/06/2004; -----

VOTAÇÃO: ACTA DE 04/05/2004 -----

Votos contra: (1) Fernando Neves. -----

Abstenções: (1) José Gonçalves. -----

Votos a favor: (24) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Maria Eugénia Baptista; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; José Vila Nova; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Manuel Meirinho; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim e Fernando Gregório. -----

VOTAÇÃO: ACTA DE 29/06/2004 -----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (4) Paulo Freitas; José Vila Nova; Maria Eugénia Baptista e José Gonçalves. ---

Votos a favor: (22) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Vítor Vieira; Helder Sousa; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Manuel Meirinho; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Prefere fazer alguma observação, ou prefere responder ao que for solicitado pelos membros? -----

Presidente da Câmara - Como estão identificados todos os pontos desde a última Assembleia Municipal até hoje, neste caso concreto, seria melhor dar alguns esclarecimentos do que propriamente estar a fazer uma pequena introdução. Os assuntos estão todos identificados. -----

O Presidente da Assembleia, pergunta se há alguém para intervir. Não havendo intervenções, passa-se ao ponto seguinte. -----

O Presidente da Assembleia, pergunta se existe alguma proposta no sentido de juntar os dois pontos seguintes para análise e discussão. -----

O membro Manuel Meirinho, propõe que se juntem os dois pontos seguintes para análise e discussão. -----

O Presidente da Assembleia, coloca a votação a proposta. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (0) -----
 Abstensões: (0) -----
 Votos a favor: (26) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Maria Eugénia Baptista; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; José Vila Nova; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Manuel Meirinho; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; José Gonçalves; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----
Aprovada por unanimidade -----

PONTO TERCEIRO E PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2005/2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2005, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia, apresenta o ponto e passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve introdução. -----

Presidente da Câmara - Em termos práticos, nas Grandes Opções do Plano, colocou-se como prioridade o assumir todas as obras de investimento que estão no terreno. Há preocupação de não pôr em 2005 coisas que, em princípio são impossíveis de fazer, atendendo a que as receitas que são clarificadas, ou seja, tudo o que há a fazer tem de ser em função daquilo que são receitas previstas e não fazer orçamento. Portanto, este é um Orçamento que tem como objectivo, exactamente isso, criar as condições para que em 2005, o investimento possa ser feito de acordo com aquilo que está previsto e aquilo que é posto em 2006, 2007 e 2008. Obviamente que é aquilo que será estendível enquanto opções do Plano e enquanto documento para os próximos anos. Esta é a realidade destes documentos. A preocupação foi essencialmente, tentar e encontrar as prioridades de acordo com aquilo que nós entendemos no terreno ser mais realista. Pedia ao Sr. Vice-Presidente, e se o Sr. Presidente da Assembleia autorizar, para dar alguma explicação para complemento daquilo que referi. -----

Presidente da Assembleia - deu a palavra ao Sr. Vice- Presidente da Câmara. -----

Vice-Presidente da Câmara - Temos aqui um Orçamento que em termos de receita é inferior ao do ano passado, mas são as receitas que prevemos. Porque inferior? Não esqueçamos que um dos pontos importantes do ano passado era a utilização do empréstimo que tínhamos activo na Câmara e que este ano alguns deles estão já a ser utilizados, nomeadamente o das piscinas municipais e o Pavilhão Desportivo de Paderne, são cerca de vinte milhões. Por outro lado, também se deve ter em atenção, que na última Assembleia foi fixada a nova taxa do IMI, verificou-se que na revisão de procedimentos em 2004, e concerteza em 2005, é inferior relativamente ao ano anterior no que diz respeito à Contribuição Autárquica. Há aqui um certo valor inferior ao ano passado, deve-se a uma realidade, os números não enganam e tentamos ser o mais rigorosos possível em termos de previsão, entendendo que as despesas correntes são de trinta e nove milhões, salvo o erro, despesas de novos investimentos para 2005 são vinte e sete milhões de euros. As despesas correntes, sendo

superiores ao investimento, podem entender-se como saldo negativo. Não é necessariamente assim, até porque o investimento não é só em obra física, em paredes, tijolo e cimento, mas também nas pessoas. Não é por acaso que na sexta-feira foi inaugurado uma biblioteca municipal, na semana anterior tinha sido inaugurado uma escola e um jardim de infância, aumentamos nas Ferreiras o numero de lugares de crianças no jardim de infância, aumentando este ano lectivo para mais cinquenta, triplicou a oferta que tínhamos relativamente à cidade de Albufeira, aumentamos mais cento e vinte e cinco. Isto tem de ser acompanhado, obviamente, por despesas de funcionamento, não só em pessoal mas também em custos inerentes e consequentes deste aumento. Aumentamos a relação de ATL's, criamos e vamos criar mais dois, um deles em colaboração com o Clube das Ferreiras, dois Espaços Internet, um nos Olhos d'Água e outro aqui. Com isto tudo, não só investimento se faz, mas também as despesas correntes vão concerta aumentar. Por outro lado, fizemos a promoção turística; continuamos a fazer subir o Orçamento a distribuir pelas Juntas de Freguesia, coisa que só neste executivo se registou, é um ponto importante que se deve ter em atenção. Por outro lado, no Plano Plurianual de Investimentos, (quando digo plurianual é porque é de vários anos, é até ao ano de 2008), pode parecer um pouco estranho que haja rubricas que estejam abertas e a execução máxima seja em 2006, por isso é um plano plurianual. Algumas obras estão aqui como sendo iniciadas em 2005, com um valor mais ou menos residual, esse procedimento é para proporcionar e possibilitar, caso haja alguns financiamentos que nós neste momento não tenhamos, temos de esperar a reprogramação por exemplo do Proalgarve. E já agora, porque esqueci-me há pouco, é de notar que no Proalgarve, a Câmara Municipal de Albufeira já teve a oportunidade de candidaturas num dos eixos, facto esse que também vem complementar as receitas. Temos possibilidade de ir buscar algum financiamento, no caso dos pavilhões desportivos e piscinas. Como dizia, as rubricas que estão abertas para este ano têm efeitos financeiros no próximo ano e 2007, é precisamente por isto que lhe chamaram Plano Plurianual de Investimento. Para além disso, já fizemos o acto público de abertura de proposta para o Pavilhão Desportivo de Paderne, temos previsto um investimento a nível da parte informática para o edifício da Câmara, para que o serviço prestado ao cidadão seja melhor, para que a ligação à Internet funcione como plataforma para todos os serviços, sejam eles no edifício ou nos sítios onde a Câmara tem laboração. Temos também investido na Internet para que o cidadão possa consultar projectos, fazer candidaturas ou entregar requerimentos via digital. Todo este investimento está por aqui, são vinte e sete milhões de euros que não são só investidos em paredes e betão. Para já é tudo o que tenho a dizer. -----

O Presidente da Assembleia, passa a palavra aos membros da Assembleia, para fazerem as suas intervenções. -----

Fernando Anastácio - Em primeiro lugar, é com agrado que registamos a explanação que é feita, nota-se alguma mudança, porque habitualmente estas matérias ficavam primeiro para que as diferentes bancadas dissessem alguma coisa e o executivo viria a seguir. E registei das palavras do Dr. Rolo duas questões: Primeiro, agradeço, ainda bem que o fez de uma forma tão clara o esclarecimento do conceito da palavra plurianual; Segundo, é uma matéria que não estava a pensar referir, ainda bem que tocou, quando disse que, a respeito do execução do Protalgarve, a Câmara Municipal de Albufeira tinha preenchido, digamos, a sua

cota., eu gostava de recordar que essa questão da cota assente nos fundos é algo recente, Ou seja, como todos sabem, os municípios não têm todos a mesma capacidade financeira, há municípios com mais capacidade financeira, com mais receitas próprias e há municípios com menos receitas próprias. Por isso, de facto, há uma coisa que é o fundo de equilíbrio financeiro, que é no fundo uma transferência directa da Administração Central para os municípios, a isso ocorre um critério. Mas isso é uma questão antiga, mas nunca impediu que os municípios, com a agressividade própria de cada um dos municípios, fizessem valer aquilo que é a sua disponibilidade e a sua capacidade para se candidatarem projectos, para terem projectos, terem obviamente, também, os recursos próprios para poderem fazer face à componente nacional que é cada candidatura. Há uns tempos atrás, ainda neste mandato, foi instituído no seio da AMAL e actualmente Área Metropolitana, um critério que os autarcas, os dezasseis Presidentes de Câmara acederam, que é um critério de afectação de acesso aos fundos comunitários. Eu tenho que considerar, independentemente de critérios de solidariedade regional possam ser colocados em cima da mesa, que essa é de facto uma má opção para o município de Albufeira. É uma má opção para o município de Albufeira, como se comprova, sendo um município com capacidade financeira superior a outros municípios, ao aceitar uma percentagem de acesso aos fundos, em função de um critério que tem a haver com o FEC, está desde logo a condicionar a sua capacidade de fazer face a um conjunto de problemas, porque obviamente está limitado no planeamento que se faz no acesso aos fundos comunitários. É uma matéria que pode parecer sem grande relevância, por acaso nunca tinha sido abordada, mas já que o introduziu, eu gostava de deixar aqui esta nota, porque entendo que essa opção condiciona e poderá condicionar no futuro o município de Albufeira, fazendo em pleno e completo cabal uso das faculdades dos diferentes Quadros Comunitários de Coesão. É uma nota que deixo. O Sr. Presidente ponderará, provavelmente não tem essa opinião porque concordou com isto, mas é uma matéria para reflexão futura. -----

Indo agora directo à questão do Plano e do Orçamento, que é o que está aqui em causa. É uma previsão, é verdade, mas como previsão que é, deve ser o mais aproximada possível e é no fundo uma declaração de intenções, quanto mais não seja, mesmo que as previsões não se venham a confirmar no futuro, é pelo menos um ponto de partida. Aliás, faz-se sempre uma avaliação do que é a previsão e depois do que é executado, os próprios quadros que aqui vêm, apresentam-nos aquilo que se prevê e aquilo que se executa. Não vou entrar em discussões profundas sobre a despesa e a sua natureza. Já discutimos nesta Assembleia, muitas vezes, os problemas que enfermam os sucessivos orçamentos na óptica da despesa. Eu recorro que nem toda a despesa, de facto, é negativa, até pela forma da classificação orçamental há certas actividades no município que são classificadas em despesa, mas têm a haver com a satisfação de necessidades da comunidade. É obvio que há aqui um problema grave na despesa, no lado do pessoal, parece-me que é inequívoco, aliás, o rácio de equilíbrios nos custos do pessoal na despesa corrente, por aquilo que é a despesa prevista das classificações das carreiras e actualizações, que apontam para valores médios de 7%, atira-nos a médio prazo para uma insustentabilidade deste regime. No conjunto de vezes que esta questão foi aqui trazida, nunca ouve pela parte da actual gestão, qualquer medida, qualquer abordagem, pelo menos para se pensar neste problema e resolver. Não vou discutir mais sobre o problema da despesa. Há uma despesa, essa independente do resto, é uma

despesa produtiva que cria riqueza, é a despesa do investimento. E sobre a despesa do investimento, se olharmos para os quadros que nos são apresentados, de facto, este executivo sempre nos brindou com uma grande diferença entre aquilo que prevê e aquilo que executa. Contingências várias, provavelmente. Vontade forte, acredito, mas depois a capacidade não corresponde ao nível da vontade. É um problema de sintonia entre aquilo que se quer e aquilo que se é capaz de fazer. Nem sempre aquilo que a gente quer, somos capazes de fazer, de facto, neste caso concreto, os números evidenciam isso. Sobre a despesa, como disse, temos um executivo que ao longo destes três anos nunca conseguiu executar sequer 50% daquilo que orçamentou, fica a crítica e fica a análise. Aliás, o único ano que ouve uma aproximação entre aquilo que foi previsto e aquilo que foi executado, em despesa capital, foi precisamente o ano de 2002, ou seja, o primeiro ano da gestão, quando fizeram o orçamento já em Abril. E no fundo, o que é que fizeram? Aí, com algum atraso, continuaram as obras que tinham em curso. Neste orçamento, como já disse, nós temos expectativas, acho que os municípios crêem sempre que o Orçamento seja melhor, que os Planos sejam melhores e foi obviamente, com alguma expectativa, que olhamos para este documento, pensando que aqui talvez algumas coisas se resolvessem. Tirando a dotação para pagar aquilo que são compromissos da chamada despesa corrente, tirando as dotações que são para pagar as obras que estão em execução, o que é que resta? E a resposta é simples: resta muito, do ponto de vista do papel e muito, do ponto de vista das letras. Porque, de facto, rubricas muitas, são abertas, ideias admito que muitas existam, aliás, a constatação da necessidade de uma equipe, penso que conseguimos todos fazer diagnósticos, uns melhor que outros. Agora o problema está, de facto, em dar respostas sérias. E o que é que nós podemos verificar? Se se derem ao trabalho de ler, encontrarão umas dezenas de novas rubricas, ou de projectos já antigos que sucessivamente, passaram para 2001, passaram para 2002, continuam em 2003, estão em 2005 e, meus amigos estejam descansados, como é uma programa plurianual, também está para 2006, 2007 e alguns para 2008. Ou seja, coisas que o executivo actual prometeu em 2001, no seu programa eleitoral, estão agora aqui plasmadas neste orçamento, a serem abertas rubricas em 2005 com dez/ quinze mil euros, falando na moeda antiga, dois mil/ três mil contos, e depois o grosso do investimento para 2006, 2007 e algum para 2008. Ou seja, este orçamento é aquilo que a gente pode chamar um programa eleitoral antes do tempo, diga-se de passagem, mal feito e sem sustentabilidade e credibilidade. O que está aqui, não é mais nem menos, uma tentativa de evidenciar obra feita, daquilo que é aqui exemplificado e aqui trazido, é a credibilidade que decorre da inércia, da incapacidade de concretização. Eu já não digo por mim, que sou um séptico, um crítico, mas como é que querem que um cidadão, longe destas coisas da política, que um dia se dê ao trabalho de olhar para um orçamento e vê uma obra que é prevista, estava no programa do partido, que aparece em 2002, em 2003, em 2004, também em 2005 e ainda tem umas rubricas para 2006 e 2007. São este tipo de abordagens, como dizia o Prof. Cavaco e bem, não sou um apologista do Prof. Cavaco mas temos de reconhecer que tem razão por vezes, que de facto o chamado maus políticos, falta de credibilidade das coisas, quando prometem coisas e não são capazes de cumprir, leva a uma descredibilização da classe política. E portanto, o meu conselho, se é que vale alguma coisa, é, quando quiserem fazer um orçamento em campanha eleitoral, sejam pelo menos rigorosos. Eu posso vos dar

exemplos: no desporto, aliás estamos aqui nas Ferreiras, no Grupo Desportivo, prometeu-se no programa eleitoral em 2001 um pavilhão gimnodesportivo para Albufeira, passou pelo orçamento de 2001, 2002, 2003, 2004 e em 2005 temos cinquenta mil euros, dez mil contos, e claro, uma promessa que os quatro milhões de euros vêm em 2006/ 2007. Em 2001, também prometeram os pavilhões desportivos nos Olhos d'Água e Fontaínhas, mas também passaram três ou quatro anos e não os fizeram, e agora para 2005, cá temos dez mil euros para cada um deles e não se preocupem, a obra vai ser feita. Ainda há mais. Habitação Social: neste mandato não foi feito um fogo, a única acção deste município foi, um ano depois, entregar casas que o Partido Socialista tinha deixado. Mas não há problema, meus amigos, porque vamos ter agora setenta e cinco mil euros para no ano de 2005, resolver o problema da habitação social e depois lá para 2006 e 2007, mais meio milhão de euros. Muito se fala da solidariedade social e da Acção Social, vamos aos exemplos: prometeu-se um Centro de Dia e uma Creche nos Olhos d'Água. Está feito? Não. Mas agora inscreve-se cinco mil euros para cada um destes equipamentos e em 2006 isto acaba, estejam descansados. Prometeu-se um Lar nas Ferreiras, não foi feito, mas temos agora para 2005, vinte mil euros e depois, estejam descansados, que para 2006, o resto vem. Prometeu-se mais coisas: Centros para deficientes; Centros para acolhimento temporário; Centros para acolhimento nocturno; Casas de Abrigo para toxicodependentes, tudo na freguesia de Albufeira. Passaram três anos, está alguma coisa feito? Mas também agora não se preocupem, vinte mil euros em 2005 e depois em 2006 e 2007 cá temos o resto, 1,6 milhões de euros. Na Educação: fala-se numa Escola na Guia, é uma necessidade, já falamos aqui algumas vezes. Aqui, até nem se deram ao trabalho de colocar verbas para 2005, podia ser desnecessário e então em 2006, trata-se do problema; fala-se de uma Escola de Hotelaria e Turismo, até ouve uma polémica nos jornais, o Sr. Secretário de Estado veio a Albufeira anunciar que se iria fazer a escola, mas esse Secretário de Estado fazia parte do Governo que no seu programa até 2006, nem sequer tinha previsto qualquer escola de Hotelaria e Turismo em Albufeira, mas veio promete-la em Albufeira, como estamos numa fase de promessas. Segurança e Protecção Civil: estejam descansados porque a Câmara Municipal de Albufeira garantiu-nos que não vai haver qualquer problema desta natureza, no ano de 2005. Não há verbas, nem projectos, portanto não vai haver cataclismos, sismos, nem inundações. Sobre isso, está resolvido, porque o orçamento dá-nos a confiança necessária. Requalificação Urbana: a Associação de Moradores agitou o ano em Albufeira, é preciso prometer alguma coisa para a campanha eleitoral que vem aí, então vamos requalificar os espaços verdes do Bairro da Associação de Moradores, pomos 1,4 milhões de euros para o efeito, mas isso é para 2006/2007, porque este ano ficamos com dez mil euros; na Guia, onde obviamente há um empenhamento muito especial deste executivo, traduzido como é óbvio nas propostas, basta olharmos. Fala-se da requalificação de todos os arruamentos da Guia, na execução de um parque de estacionamento, mas temos trinta mil euros, quinze mil contos e depois em 2006 lá teremos o resto daquilo que faz falta, 2,1 milhões de euros. Na Cultura: há o Museu do Turismo, o Museu em Paderne e a requalificação da Igreja Matriz, também são referenciados, mas são essencialmente para 2006, porque para 2005 nem sequer verbas lá estão. Nas estradas: propõem-se fazer em estradas no concelho para 2006/2007, qualquer coisa como trinta milhões de investimento, aproximadamente. Meus

amigos, no vosso mandato, em três anos até agora, não conseguiram mesmo tudo, pouco mais gastaram do que isto, mas vocês querem gastar em 2006/2007 em investimento, em dois anos, aquilo que até agora gastaram em três. Ninguém acredita nisto. E por isso, alguém acredita que agora, para o futuro, a capacidade de execução vai aumentar em 50%? Alguém acredita, inclusive, que há dinheiro para fazer o que é anunciado aqui? Ou seja, quando sabemos que as receitas são o que são, que as dificuldades financeiras existem e os recursos são escassos. Como é que se pode prometer um programa plurianual para 2006, 2007 e 2008, que a ser aquilo que se promete, obrigava a que nas despesas de capital, houvesse um aumento de mais de 50% em relação ao que é perspectivado. Portanto, por tudo isto, a conclusão que temos que tirar é que este orçamento não é sério. O que está escrito, não é para fazer, mas sim para dizer que um dia se vai fazer. Não se fazem assim orçamentos. Não é assim que se tratam instrumentos da grande importância que têm para o município, como um orçamento e opções do plano. E por tudo isto, e por tudo o que vos temos vindo a dizer, de há três anos a esta parte, é que nós não podemos concordar, não aceitamos, e é uma coisa que provavelmente os munícipes vos vão encarregando de mostrar. Não se preocupem com tantas coisas para 2006/2007. Não se preocupem com o trabalho que vem aí, em 2006/2007, provavelmente não terão esse fardo sobre os ombros, já em 2006, 2007. -----

Francisco Calhau - Percebo a intervenção. Realmente o Partido Socialista está um bocadinho incomodado pelo facto do Polis, ter alguma hipótese de começar a mexer, realmente é qualquer coisa que neste momento pode incomodar. Não convinha nada que isso acontecesse, e as coisas assim pareciam perspectiva-se. Por outro lado, existe uma certa injustiça em algumas das afirmações que acabou de fazer, a sua intervenção é bastante política, embora toque em alguns exemplos. Eu também vou fazer a minha intervenção bastante política, a técnica já foi feita e explicada, e também vou tocar em alguns exemplos, para mostrar que as coisas não são bem assim. Na realidade, esta Câmara, quando entrou em funções, entrou em funções na altura em que, segundo o Ministro das Finanças que faleceu, o Prof. Sousa Franco, se dizia na altura que o Governo do Partido Socialista era dos piores Governos que existia desde o tempo da monarquia. Não foi o PSD que o afirmou, foi um ex-ministro das finanças de um governo vosso. Após demissão do então primeiro-ministro Eng.º António Guterres, para evitar que o país caísse num pântano, o Partido Social Democrata, herda conjuntamente com o Partido Popular, uma situação que era a situação descrita pelo próprio Partido Socialista. Evidentemente que nessa altura, o Programa Polis apresentava uma programação extremamente animadora e irrealista, como se veio a provar e naturalmente com culpas para o Governo de coligação. Albufeira foi extremamente prejudicada com o facto de não poder realizar aquilo que estava programado no Polis. Pese embora tudo isso, há obras executadas, há obras que estão em vias de ser executadas, e que eu me lembre, já tenho alguns mandatos de Assembleia, em executivos anteriores do partido Socialista, eram problemáticas, nomeadamente as piscinas municipais. Se formos falar em algumas das obras que foram feitas em algumas freguesias, num concelho em que todos nos habituamos a falar da interiorização do concelho que era pequeno, olhar hoje para Paderne e compará-la ao que era antes deste executivo, nem vale a pena. Basta ver as fotografias do antes e do depois. Aquela zona central, cá em baixo, em frente ao campo de futebol, é um dos bons exemplos.

As obras que se têm feito a nível da Educação, inclusivamente também em Paderne, estão aí. E portanto, eu acho que, na realidade transparece da intervenção do Partido Socialista, hoje, algum pavor e receio de que este ano que se avizinha possa ser um ano em que, pesem embora todas as contrariedades já que vai ser uma ano extremamente difícil, como todos nós sabemos, o executivo consiga levar a cabo um conjunto de obras que o Partido Socialista esperaria que não pudessem ser realizadas. Queria acrescentar também que houve uma mudança significativa na taxação dos imóveis, através de uma nova forma de cálculo, que mexeu com as próprias receitas que seriam perspectivadas para esta autarquia. São realidades, apesar desta situação que nós vivemos. E tudo isto, mesmo continuando, vão conseguir-se resolver um conjunto de situações e contrariedades, para as quais o executivo foi sempre lutando contra tudo e contra todos. -----

Presidente da Câmara - Todos nós sabemos e sentimos que neste momento, obviamente, a intervenção do deputado municipal, é uma intervenção crítica, tentando encontrar aqui os pontos que no seu entender não têm execução para 2006/2007. Eu fico triste, por um lado e fico contente, por outro. Para já, vejo que há uma aproximação ao Prof. Cavaco Silva, por outro lado, finalmente, começam a aparecer políticos com muita credibilidade e que se estão a aproximar e dar um sinal de modernidade. Portanto, estão a ir na linha que o Professor diz: "os políticos maus, têm que ser ir embora e os bons, têm que aparecer.". Essa remodelação está-se a fazer, e está-se a pôr aqui em causa, a credibilidade do executivo. Queria fazer referência a duas coisas muito importantes: tenho estado neste processo político desde 1993 e sempre me habituei a trabalhar. E em 1994, não sei se se lembra, fui convidado a trabalhar com o Partido Socialista na Junta de Freguesia de Albufeira, para a concretização de objectivos que visassem a melhoria da qualidade de vida dos albufeirenses, a nível da Junta, e eu aceitei. Em 1997, o mesmo Partido Socialista, foi-me convidar para ajudar a construir um concelho melhor, e nesse contexto, a minha credibilidade e a deste executivo, não pode ser posta em causa, porque as razões, fundamentos e aquilo que foi a prova do trabalho executado, têm tido exactamente essa possibilidade, que é dar credibilidade ao executivo, que eu lidero. E portanto, este é um executivo que tem preocupação com as obras, mas também com as pessoas, e a aproximação com as pessoas, os clubes desportivos, as associações sociais, culturais e recreativas, é uma forma de investimento, e portanto, nós não estamos aqui a fazer campanha eleitoral. Estamos a fazer e a dizer que é a nossa intenção, que se façam e aconteçam uma série de intervenções no concelho, que são necessárias e prioritárias. Obviamente que, se houvesse possibilidade de fazer tudo num ano, já estaria feito, mas eu não conheço nenhum programa eleitoral, de nenhum partido, em nenhum acto eleitoral, que não ponha à disposição dos eleitores aquilo que entende necessário para o concelho. Ainda não vi nenhum, que em três ou quatro anos, conseguisse cumprir todas as promessas que fizeram, e os senhores foram vinte anos responsáveis pelo Partido Socialista em Albufeira. Quero que me apresente um dos vossos programas eleitorais, apresentados no início da campanha e passado o mandato tinham tudo feito. Se tivessem feito tudo, não estávamos a falar de um concelho que não tem pavilhões desportivos e ainda tem carências de equipamentos sociais, e foram vinte anos de gestão. Isto também é preciso interiorizar. Nós estamos a fazer aquilo que entendemos que podemos fazer, não é nenhum processo de campanha eleitoral, isso fica para outra altura,

com os protagonistas da altura, aqui estamos a falar de um programa que nos parece ser aquele que é necessário. A área da Educação: é uma das áreas onde há uma intervenção muito forte, onde temos posto no terreno e criado condições para que os jovens e crianças, tenham cada vez mais, melhores condições de ensino. Que fique referenciado. Tudo isto é para dizer que, há um programa de intenção, um plano que tem a haver com necessidades reais e que a história da credibilidade não pode ser posta em causa, em função deste plano de actividades e orçamento para estes anos. -----

Vice-Presidente da Câmara - Acho que o Sr. deputado Fernando Anastácio, se preocupou em demasia com o ano de 2006/2007, esquecendo um pouco o ano de 2005. O facto de estarem rubricas abertas, já tive a oportunidade de dizer há bocado, caso haja possibilidades de financiamentos, esse processo para além de ser um plano plurianual, nada obsta que estejam lá, não tem grandes problemas, neste caso de distribuir ao longo destes anos, absolutamente nenhum. Mas pode acontecer, por várias razões, que uma outra reprogramação possa vir a acontecer do Proalgarve, existem outros fundos que estão ser reprogramados, estamos próximos do final do Quadro Comunitário III que acaba em 2006, há execuções que não são feitas a nível internacional, podem perfeitamente ser reprogramadas e distribuídas, e quem sabe, pode acontecer a possibilidade, também, de aumento de endividamento das Câmaras Municipais. Quero registar também que o município de Albufeira, é talvez e seguramente, daqueles que está em melhores condições financeiras em termos de pagamentos a fornecedores e empreiteiros. É importante nós não pensarmos, que deixamos para o próximo executivo, seja ele qual for, uma situação financeira como o executivo anterior, nos deixou. Recordo que o executivo anterior, nos deixou um milhão e duzentos mil contos de dívidas atrasadas. Neste momento as dívidas estão saldadas e estamos a pagar fornecedores e empreiteiros a quinze dias a um mês. É importante que isto fique dito, porque o facto de estarem rubricas abertas não deve ser incómodo nenhum, é realmente um plano de intenções. Agora, desacreditar as pessoas por via disso, eu penso ser impossível fazer melhor. -----

Fernando Anastácio - Em primeiro lugar e pegando na parte final da intervenção do Dr. Rolo, faço notar que, posso me ter esquecido de alguma questão, o executivo anterior a situação económica que deixou a este município, com a presença e a colaboração activa e participante do Sr. Presidente da Câmara, em exercício na altura como vereador. Portanto, não façamos uma lavagem de que está para trás, porque segundo me é dado saber, todos os compromissos da despesa e da execução, do que se passou na mandato anterior, tiveram a participação empenhada e acho que séria e dedicada, do Sr. Desidério Silva, na altura vereador com pelouros que aqui hoje já evocou, na execução da despesa. Portanto, trazer á colação essa matéria aqui, parece-me que não faz muito sentido, até porque é difícil, de facto, pagar as dividas quando o grau de execução e empenhamento na execução das obras, é o mesmo, mas como não foi, e neste mandato ouve um abrandamento da capacidade de execução e como os recursos até cresceram, é natural que obviamente haja dinheiro para resolver esse problema. Só que as necessidades do município, é evidente, estão sempre à frente dessas nossas disponibilidades. E a resposta à intervenção do Sr. Presidente, eu gostava de lembrar, que as necessidades são uma coisa dinâmica, ou seja, não nasceram todas há vinte anos atrás e não se esgotaram nesse dia. Todos os dias, se calhar quando nós saímos desta

sala, alguma coisa que não fazia falta antes, passou a fazer. Portanto, é preciso perceber que as necessidades nos diferentes momentos, são aquelas que se colocam e as respostas são aquelas que são possíveis dar, com os recursos afectos. E sobre isso, nada melhor do que o juízo do povo, sobre essa matéria. Aconteceu com o Partido Socialista, que teve a responsabilidades de pôr a gestão deste município, para o bem e para o mal, com as qualidades e os defeitos, com as bondades e com os erros que teve, foi sempre sujeito a juízo da comunidade, que sucessivamente votou no partido Socialista. Se houve uma vez que perdeu, muito bem, lá está a legitimidade que vos foi dada a investir pelo voto popular. Nas próximas cá estaremos, para verificar se fizeram bem ou se fizeram mal. Agora, não passem uma esponja por cima das coisas, porque vinte anos são vinte anos, com diferentes momentos e as necessidades são aquelas que foram resolvidas. E não é por acaso, independentemente dos problemas que o Sr. Presidente encontrou quando chegou ao executivo, com as funções que actualmente tem, encontrou o município com os problemas que tem, mas também coma virtualidade e com as capacidades que tem. Portanto, esse discurso, é um discurso em que a história começou em 2002, mas ela começou muito antes. Por último: a questão da credibilidade, obviamente que a credibilidade das propostas e dos instrumentos que se apresentam, resultam daquilo que é o juízo que nós podemos fazer sobre a sua veracidade e é lógico, pode-se dizer: "sim senhor, isto é um plano de intenções." É verdade que é um plano de intenções, mas o que eu digo é que falta credibilidade, enquanto sucessivamente se coloca no mesmo plano, a mesma rubrica, ano após ano e agora no fim, se transfere para os anos futuros. Ninguém acredita que seja possível, aliás, porque não há recursos para isso. Ou estão a contar que venha alguma receita especial, para os anos futuros? Não acreditem nisso. Ninguém acredita que, com a estrutura da despesa que esta Câmara Municipal tem, seja possível em 2006 e 2007, aumentar a despesa de investimento em 50%, em relação aquilo que é orçamentado para 2005. E como ninguém acredita nisso, este orçamento não é sério, porque não é possível. Mesmo se fossem capazes de investir cinco milhões de contos, vinte e cinco milhões de euros de investimento em 2005, os Senhores sabem que não têm sete milhões e meio, para 2006, como sabem que não têm, é um exercício demagógico, colocar no orçamento. Não sei se já perceberam, onde está aqui a falta de credibilidade? É colocar no documento, coisas que nós sabemos que não é possível fazer, mesmo que tenhamos muito desejo em as fazer. De facto, o orçamento não é um programa eleitoral. Eu concordo, que muitas vezes os partidos políticos e, é por isso que os partidos políticos e os políticos têm a tal falta de credibilidade que aqui se referiu, porque muitas das vezes prometem o mundo e mais alguma coisa, mas não estamos a falar do programa eleitoral, estamos a falar do orçamento e de um plano que devia ser um documento sério e que devia ter aqui, aquilo que é possível fazer. Como toda a gente sabe que não há este dinheiro, porque é que se coloca? Para ficar bem, perante os eleitores? A pergunta é esta. -----

Adriano Ferrão - Ouvi aqui falar de necessidades dinâmicas. Que o PS, se encarregou, ao longo de vinte anos, manter essas novas necessidades, mas quando as necessidades permanecem vinte anos, deixam de ser dinâmicas, para serem estáticas. E se nós observarmos historicamente esses termos medianos, consideramos que, afinal, o projecto das piscinas, se calhar foi uma necessidade estática que permaneceu e só agora foi

resolvida. Por isso, as tais necessidades estáticas que o PS deixou, estão agora a ser resolvidas. Depois, também se fala em muitas dívidas. Realmente o PS deixou essas dívidas, quer no país, quer na Câmara, o que foi verdade. Hoje, resolvem-se essas dívidas, está uma coisa mais equilibrada e isso deve-se aos executivos do PSD. Nem sempre de uma maneira eleitoralista, sabemos que temos de pedir sacrifícios à população, a população queixa-se, isso não dá votos, mas ouve a coragem de o fazer. Também falamos aqui do Polis. Se não houvesse esse cuidado, do equilíbrio financeiro, e se o Estado não o tem feito, hoje, se calhar, o Polis em Albufeira a não seria possível. A Câmara garantiu a sua cota parte, as responsabilidades não são nossas, o PS deixou totalmente o seu projecto sem os subsídios necessários, mas será o PSD a salvar todos estes projectos. Quanto às promessas eleitorais não serem demagógicas, nós estamos cá para ver depois o programa do PS. -----

Francisco Guerreiro (Presidente Junta Freguesia Paderne) - O Dr. Rolo falou há pouco, que tem havido um aumento, por parte da Câmara para as Juntas de Freguesia. Houve em 2003, 2004, 2005. Em 2003, 16%. 2004, 14% e este ano, 8%. Queria dizer também, que pela primeira vez neste município, as Juntas de Freguesia, não foram contactadas pela Câmara, para darmos uma palavra em relação ao plano e orçamento. Pelo menos para ter uma conversa com as Juntas de Freguesia, para também darmos a nossa opinião sobre as necessidades de cada uma das Freguesias, fomos desprezados. E penso que a Câmara Municipal, não tem nenhuma razão, porque de há três anos para cá, as Juntas de Freguesia têm colaborado com a Câmara Municipal. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca os dois pontos a votação, sucessivamente. -----

VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

Votos contra: (12) Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Manuel Meirinho; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; José Gonçalves e Fernando Gregório.-----

Abstenções: (1) Fernando Neves.-----

Votos a favor: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Maria Eugénia Baptista; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; José Vila Nova; Vítor Vieira; Helder Sousa e Paulo Freitas. -----

Aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: ORÇAMENTO -----

Votos contra: (12) Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Manuel Meirinho; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; José Gonçalves e Fernando Gregório.-----

Abstenções: (1) Fernando Neves.-----

Votos a favor: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Maria Eugénia Baptista; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; José Vila Nova; Vítor Vieira; Helder Sousa e Paulo Freitas. -----

Aprovada por maioria -----

O membro Fernando Anastácio, entrega à Mesa, declaração de voto. -----



**Partido
Socialista**

Grupo Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira

Orçamento para 2005 e Opções do Plano 2005/2008

DECLARAÇÃO DE VOTO

Tivemos hoje, nesta Assembleia Municipal, oportunidade de apreciar e deliberar sobre as propostas de Orçamento para 2005 e Grandes Opções do Plano para 2005/2008, para o Município de Albufeira, apresentadas pela maioria PSD no executivo municipal.

Aguardávamos com alguma expectativa mas já sem ilusões, que sendo este o último ano do mandato do actual executivo e porque já estamos em tempo de termos um orçamento realista e equilibrado que o executivo aproveitasse esta última oportunidade para apresentar um orçamento e plano sérios que expressassem as virtualidades e as potencialidades deste município e que de forma realista e séria equacionassem as opções financeiras para resolver muitas das carências que o concelho de Albufeira evidencia.

Mas o actual executivo não percebeu, nem nunca há-de perceber, está-lhes no sangue, que a demagogia o eleitoralismo, a despesa sem rigor e controlo, não são o caminho do desenvolvimento e do crescimento do concelho bem como da credibilização dos autarcas aos olhos dos seus munícipes.

As propostas do Orçamento e Opções do Plano que hoje nos são apresentadas são o mais acabado exemplo de demagogia, eleitoralismo e falta de seriedade na gestão política.

Conprovemos:

Um executivo que ao longo de três anos de gestão nos habituou a taxas de execução relativamente ao orçamentado em despesa de investimento que não chegaram aos 50%, não aprendeu a lição e não nos poupa neste último ano a mais um exercício de demagogia pretendendo anunciando investir aproximadamente 25 milhões de Euros quando em ano algum foi capaz de ultrapassar os 15 milhões (15 milhões em 2002, 8 milhões em 2003 e cerca de 13 milhões em 2004).

Mas mais do que isto, como o ano de 2005 é ano de eleições autárquicas, está na altura de prometer tudo aquilo que já tinham prometido quando se candidataram em 2001 e não foram capazes de fazer ao longo deste mandato.

Mas como diz o povo prometer é fácil cumprir é que é mais difícil, o exemplo que temos entre mãos é um paradigma da justificação para falta de credibilidade dos políticos junto das populações, vejamos alguns casos práticos:

No Desporto:

Em 2001 prometeram um Pavilhão Gimnodesportivo Municipal em Albufeira. Não foram capazes de lançar a obra até agora. Pretendem agora convencer-nos que com 50.000 Euros em 2005, vão fazer a obra e claro remetem toda a demora execução para os anos de 2006 e 2007 (4 milhões de Euros) quando provavelmente o povo já lhes terá retirado o difícil fardo de gerir o concelho;

Em 2001 prometeram Pavilhões Desportivos nos Olhos de Água e nas Fontainhas, não os fizeram, agora, vai de inscrever 10.000 Euros para cada uma daquelas obras em 2005 e, anunciar que os vão fazer, remetendo todo o investimento (1,4 milhões de Euros) para os anos de 2006 e 2007.

Na Habitação Social:

Fontainhas – Branquela, a variante do Pátio, a ligação da EN 395 ao campo de Futebol de Ferreiras, a execução da estrada Nascente da Guia e o viário com a 125.

Importa que se saiba que estamos a falar de cerca de 30 milhões de Euros para serem executados em 2006 e 2007 só em estradas.

Ora perante um executivo que ao longo dos seus já decorridos três anos de gestão não conseguiu executar globalmente mais do que se propõe agora fazer só em estradas em 2006 e 2007, a pergunta é se alguém acredita neste orçamento e nestas intenções para o plano.

Mas podemos dizer mais e para terminar, basta olhar para a coluna que estima a execução de investimento em 2006, 2006 e 2007, de acordos com os números aí constante teríamos um executivo a triplicar a sua capacidade de execução e a aumentar entre 2005 e 2006 em 50% a execução prevista.

Em primeiro lugar não existem recursos para tal, quando tanto se esbanja, basta olharmos para a despesa não reprodutiva, para percebermos que as intenções de investimento não são exequíveis, não são sérias, faltam os recursos para tal e o executivo já mostrou que não tem capacidade nem credibilidade para cumprir com o que se compromete.

Por tudo isto e por muito mais que vêm plasmado nestes documentos parece-nos legítimo colocar a questão:

Será que quem apresenta estes documentos acredita no que propõe?
Será que acreditam que alguém os pode levar a sério?

Sugerimos que tenham alguma réstia de responsabilidade e de vergonha e não façam daqueles que devem ser instrumentos sérios e importantes da gestão municipal – o orçamento e as opções do plano – um programa eleitoral de duvidosa credibilidade!

Por todas estas razões o Partido Socialista está contra a proposta de Orçamento para 2005 e Opções do Plano 2005 a 2008 e em conformidade os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira votam contra tais propostas.

Albufeira, 20 de Dezembro de 2004

O Líder do Grupo Municipal Socialista

(Fernando Anastácio)

Em 2001 prometeram habitação em todas as freguesias do concelho, mas não executaram um único fogo de habitação social no concelho nos últimos três anos. Agora, vêm prometer habitação social nas freguesias de Ferreiras, Albufeira e Pademe, afectam para o efeito cerca de 75.000 Euros em 2005, reservando para 2006 e 2007 o restante investimento cerca de 650.000 Euros.

Nada fizeram no presente mandato mas querem agora que acreditemos que no próximo é que vai ser!

Na acção social:

Prometeram um Centro de Dia e uma Creche nos Olhos de Água, nada fizeram, agora inscrevem 5.000 Euros para cada um dos equipamentos prometem mais uma vez aquilo não foram capazes de fazer e dizem-nos que em 2006 é que vai ser;

Prometeram em 2001 um Lar nas Ferreiras, não cumpriram, agora, inscrevem 20.000 Euros para 2005 e querem que acreditemos que em 2006 é que vão fazer a obra;

Prometeram centros para deficientes, para acolhimento temporário e para acolhimento nocturno, bem como uma casa de abrigo para toxicodependentes na freguesia de Albufeira, volvidos três o que temos? Nada! Mas agora com 20.000 Euros em 2005 querem que o povo acredite que em 2006 e 2007 vão cumprir aquilo que até aqui não fizeram nem vão fazer neste mandato;

Claro que inscreverem nos anos de 2006 e 2007 mais de 1,6 milhões de Euros para estas obras, não é difícil, fica para depois das eleições e então logo se vê!

Na Educação:

A prometi a Escola EB 1,2,3 da Guia, é remetida para 2006 e nem merece os 5.000 Euros do costume no presente ano. Reconhecemos que pontualmente ainda têm alguma vergonha pelo que neste caso nem o compromisso ainda que demagógico se propõe assumir para 2005.

Mas se têm um rebate de consciência perdem-no logo de seguida quando prometem a construção de uma Escola de Hotelaria e Turismo para 2005 e 2006. Todos sabemos e o actual executivo também sabe que tal escola não está prevista no plano do seu governo até 2006. Anunciar tal escola é um claro exercício de demagogia. Colocar 50.000 Euros no orçamento de 2005 e meio milhão e Euros para 2006, para poder anunciar a construção de tal escola é mentir aos munícipes pois sabem que não tem condições para o fazer.

Segurança e Protecção Civil:

Em tais matérias nem se dão ao trabalho de prever seja o que for para 2005, guardam-se para 2006 e 2007, têm informação privilegiada – dos deuses talvez – de que não vão existir calamidades nem acidentes naturais;

Requalificação Urbana:

Anuncia-se com pompa e circunstância que se vão requalificar os Espaços Verdes do Bairro da Associação de Moradores. Afecta-se 1, 4 milhões de Euros para o efeito, mas atenção 10.000 Euros em 2005 e o restante guarda-se para 2006 e 2007.

Na Guia anuncia-se a construção de um parque de estacionamento que tanta falta faz mas, quando vamos a ver, é só do anúncio que se trata, pois que tal obra só tem inscritos 30.000 Euros para 2005 e verba para a realizar, meio milhão de Euros, é colocada para 2006, bem como se anuncia a requalificação dos arruamentos da Guia mas o grosso do investimento também neste caso é relegado para 2006 (2,1 milhões de Euros);

Na Cultura e título de exemplo, desde um Museu para o Turismo, a um Museu em Pademe, passando pela requalificação das Igrejas Matriz, tudo se promete, mas atenção só é para fazer em 2006 e 2005, porque no concerne a 2005 nem verbas inscritas existem, nem que fosse só para abrir a rubrica.

Nas vias de comunicação:

Mais uma vez vemos aquelas que são vias essenciais para o concelho e que vem a ser inscritas no orçamento e no plano sucessivamente nestes últimos três anos, serem de novo postergadas para 2006, 2007 e com algum jeito chegam a 2008. Estamos a falar, por exemplo, da Estrada Açoteiras – Alfamar, da ligação da Quinta da Bolota à Galvana, da ligação do Pátio à Fabiana, da ligação do Montechoro à Balaia, dos acessos a Nascente e Poente à VLA, da rectificação e alargamento da estrada Montechoro –

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta apresentada da Câmara Municipal, da Reversão do Direito de Superfície de parte do prédio (Art. 8º, Secção AQ) com a área de 14400m², do Imortal Desportivo Clube para o Município de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra ao Presidente da Câmara, para dar uma pequena explicação sobre a matéria. -----

Presidente da Câmara - É um terreno onde estão localizadas as piscinas municipais. Foi um terreno que foi à Assembleia do Imortal, para constituir o direito de superfície, foi à Câmara Municipal para aceitação e face ao quadro legal, tem de vir à Assembleia Municipal. -

Fernando Anastácio - A minha pergunta é, se essa área de terreno corresponde efectivamente à área de implantação das piscinas? -----

Presidente da Câmara - São as piscinas e toda a zona envolvente, também estacionamento. - Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca os dois pontos a votação, sucessivamente. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (0) -----

Votos a favor: (26) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Maria Eugénia Baptista; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; José Vila Nova; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Manuel Meirinho; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; José Gonçalves; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Aprovada por unanimidade -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da inscrição do Município de Albufeira como sócio/membro colectivo da Associação Portuguesa de Gestão do Desporto (APOGESD), nos termos da alínea m) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra ao Presidente da Câmara, para dar uma pequena explicação sobre a matéria. -----

Presidente da Câmara - É uma Associação a nível nacional, que nós entendemos que era importante associarmo-nos, para termos toda a informação em relação às piscinas municipais. Tem uma série de vantagens, que estão mencionadas. A Câmara deliberou por unanimidade, e veio à Assembleia Municipal, nos termos da Lei. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca os dois pontos a votação, sucessivamente. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (1) Fernando Neves.-----

Votos a favor: (25) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Maria Eugénia Baptista; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; José Vila Nova; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Manuel Meirinho; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; José Gonçalves e Fernando Gregório. -----

Aprovada por maioria dos presentes -----

A membro Francelina Lourenço, estava ausente da sala. -----

ADITAMENTO: -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da Minuta de Concessão de uso privativo de Domínio Público Municipal, entre o Município de Albufeira e a Alpinus-Sociedade Hoteleira, S. A.. -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra ao Presidente da Câmara, para dar uma pequena explicação sobre a matéria. -----

Presidente da Câmara - É um terreno que fica localizado nas Açoteias, junto ao Hotel Alpinus, que neste momento está em funcionamento. É uma zona verde, que é do domínio público municipal e é onde a Sociedade Alpinus pretende construir uma piscina, que irá ter duas funções. Uma, de apoio à unidade hoteleira, um Hotel que se pretende que continue a funcionar como uma unidade hoteleira tradicional e não em aparthotel, para que depois não passe para o processo de venda de propriedade e que, perante isso ofereça uma série de condições, ou seja, questões que são relacionadas com a possibilidade do acesso ao público, com prioridade para acções desportivas de solidariedade social. Tem também o objectivo de toda a zona verde envolvente, passe a ser tratada pela empresa, porque apenas uma parte o era. No documento estão referenciadas todas as questões, penso que todos os deputados têm os elementos. É proposto um protocolo, essencialmente com a população escolar da freguesia dos Olhos d'Água, nomeadamente a Escola do 1º ciclo e Junta de Freguesia. O que se pretende é exactamente isto. A Câmara entendeu e aceitou, em reunião, concordar com a proposta, tendo em conta algumas alterações propostas por nós, nomeadamente a disponibilidade das piscinas para utilização pelas escolas e pela população daquela freguesia. É o que está referenciado. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (2) Fernando Neves e Manuel Meirinho. -----

Votos a favor: (20) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Maria Eugénia Baptista; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; José Vila Nova; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Francisco Guerreiro; José Aboim; José Gonçalves e Fernando Gregório. -----

Aprovada por maioria dos presentes -----

Os membros, Fernando Anastácio, Ricardo Silva, Francisco Oliveira e Francelina Lourenço, estavam ausente da sala. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a minuta das deliberações tomadas na Assembleia. Não se encontrava presente na sala, os membros Fernando Anastácio, Ricardo Silva e Francelina Lourenço. -----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:10 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 21 de Dezembro de 2004 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

